

# Antropologia das “rachaduras sociais”: ganhar a vida e fazer sociedade no mundo polarizado e cismático<sup>1</sup>

The anthropology of “social fissures”: making a living and building society in a polarized and schismatic world

**Mariano Perelman**

Universidade de Buenos Aires, Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas, Buenos Aires, Argentina

**Fabio Reis Mota**

Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, Brasil

## RESUMO

A intensificação das polarizações políticas e das divisões sociais tem ocupado lugar central nos debates contemporâneos, frequentemente sendo interpretada como expressão de uma fragmentação generalizada da vida social. A relevância do presente dossiê reside na proposta de compreender tais processos a partir de uma perspectiva antropológica atenta às dimensões etnográficas pelas quais as divisões são produzidas, vividas e negociadas em diferentes contextos sociais. O objetivo do texto é apresentar o dossiê *Antropologia das “rachaduras sociais”: ganhar a vida e fazer sociedade no mundo polarizado e cismático*, produzindo uma reflexão sobre os processos de polarização e da germinação do que denominamos “razão cismática”. Empreendemos uma reflexão teórico-analítica sobre as dinâmicas contemporâneas de polarização, com ênfase em abordagens etnográficas e empiricamente fundamentadas, e posteriormente uma análise dos artigos que compõem o dossiê de modo a articular nossas questões com as dos textos. A seleção dos trabalhos privilegiou pesquisas de natureza empírica e etnográfica capazes de evidenciar a diversidade de formas assumidas pelas rachaduras sociais em distintos contextos. Sendo assim, os trabalhos indicam que as polarizações e divisões sociais

<sup>1</sup> Este dossiê só foi possível graças aos recursos de fomento à pesquisa obtidos pela bolsa de produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo Programa CAPES-Print da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e pelo Programa APQ1 da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), no Brasil, e pelo Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET) na Argentina. Igualmente destacamos a importância do Instituto de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos (INCT-InEAC) como lugar privilegiado de trocas e conformação de redes de pesquisa de envergadura internacional, que favorecem o diálogo e compreensão mais refinada sobre os fenômenos sociais contemporâneos.

Recebido em 1 de junho de 2026.

Aceito em 8 de junho de 2026.



não devem ser compreendidas como entidades fixas ou simples oposições ideológicas, mas como efeitos relacionais produzidos em processos de interação social. Ademais, buscamos refletir sobre a importância das ecologias sociotécnicas e das arenas públicas digitais na intensificação, circulação e reconfiguração dessas dinâmicas de polarização, rachaduras e cismas e seus impactos sobre as maneiras de fazer sociedade, construir pertencimentos e ganhar a vida. Portanto, apresenta uma abordagem antropológica ancorada na etnografia permite apreender a heterogeneidade e a complexidade desses processos, contribuindo para uma compreensão mais situada das formas contemporâneas de polarização, rachaduras sociais e cismas.

**Palavras-chave:** Rachaduras sociais, Polarização, Razão cismática, Ganhar a vida, Antropologia política.

## ABSTRACT

The intensification of political polarization and social divisions has occupied a central place in contemporary debates, often being interpreted as an expression of the generalized fragmentation of social life. The relevance of this dossier lies in its proposal to understand these processes from an anthropological perspective attentive to the ethnographic dimensions through which divisions are produced, experienced, and negotiated across different social contexts. The aim of this article is to introduce the dossier *Anthropology of "Social Cracks": Making a Living and Making Society in a Polarized and Schismatic World*, while reflecting on processes of polarization and the emergence of what we term *schismatic reason*. We develop a theoretical and analytical reflection on contemporary dynamics of polarization, emphasizing ethnographic and empirically grounded approaches, and subsequently analyze the articles that compose the dossier in order to articulate our concerns with those raised by the contributors. The selection of articles prioritized empirical and ethnographic research capable of highlighting the diversity of forms assumed by social cracks in distinct contexts. The contributions demonstrate that polarization and social divisions should not be understood as fixed entities or mere ideological oppositions, but rather as relational effects produced through processes of social interaction. Furthermore, we reflect on the importance of sociotechnical ecologies and digital public arenas in the intensification, circulation, and reconfiguration of dynamics of polarization, social cracks, and schisms, as well as their impacts on ways of making society, constructing forms of belonging, and making a living. An anthropological approach grounded in ethnography thus enables us to grasp the heterogeneity and complexity of these processes, contributing to a more situated understanding of contemporary forms of polarization, social cracks, and schisms.

**Keywords:** Social cracks, Polarization, Schismatic reason, Making a living, Political anthropology.

Que el mundo fue y será una porquería;  
 Ya lo sé!  
 ¡En el quinientos diez  
 Y en el dos mil también!  
 Que siempre ha habido chorros  
 Maquiavelos y estafaos  
 Contentos y amargaos  
 Valores y doblés  
 Pero que el siglo veinte  
 Es un despliegue  
 De maldá insolente  
 Ya, no hay quien lo niegue  
 Vivimos revolcaos  
 En un merengue  
 Y En el mismo lodo  
 Todos manoseaos  
 ¡Hoy resulta que es lo mismo  
 Ser derecho que traidor!  
 ¡Ignorante, sabio, chorro  
 Pretencioso, estafador!  
 ¡Todo es igual!  
 ¡Nada es mejor!  
 ¡Lo mismo un burro  
 Que un gran profesor!  
 No hay aplazaos  
 Ni escalafón  
 Los inmorales  
 Nos han igualao  
 Enrique Santos Discépolo (Cambalache, 1934)

## INTRODUÇÃO

Há várias décadas proliferou-se pelos cantos do mundo a polarização política no domínio das relações ordinárias e no âmbito da política institucionalizada. Falar de polarização tornou-se quase uma propriedade do senso comum. Polarização, radicalização, extremismo, rachadura, dentre outros são categorias germinadas tanto no debate público, quanto nas ciências sociais, frequentemente associadas a uma leitura sobre o esgotamento democrático, a crise institucional ou a erosão do vínculo social, do abalo sísmico no “fazer sociedade”.

A eleição de Donald Trump, em 2016 — momento no qual começamos a pensar sobre este dossiê — emerge como um ponto de inflexão no processo de consolidação da eleição de governos de direita e extrema direita na América Latina (Bolsonaro no Brasil, Milei na Argentina, Daniel Noboa no Equador, entre outros). Os processos políticos recentes na América Latina, associadas as transformações intensificadas pela pandemia (2020–2021), que em alguns países da região tiveram longa duração, são, sem dúvida, marcos de uma mutação global mais ampla.

Paralelamente, a conformação de um ecossistema sociotécnico e arena pública digital

com todos os seus aparatos tecnológicos, aplicativos, as redes sociais etc., embebidos pela lógica algorítmica e a mercantilização dos seus usuários (consumidores e produtores de conteúdos), contribuíram para conferir uma outra forma ao espaço público democrático da modernidade liberal, no qual a dimensão da polarização é consequência e resultado da lógica e racionalidade do funcionamento dos instrumentos conformados pelas grandes empresas de tecnologia. Afinal, quanto mais tempo e engajamento dos usuários, com seus clicks, buscas, e dados, mais lucros para as empresas. No capitalismo *high-tech*, a polarização converte-se progressivamente em ativo financeiro, enquanto as expressões dos sentimentos transformam-se em uma espécie de moeda afetivo-cognitiva da economia digital do engajamento (Bronner, 2021). O caos passa a operar como recurso estratégico de valorização econômica (Empoli, 2019). Quanto maior a capacidade de captura da atenção, da indignação, do medo e da adesão a uma ideia/valor, maior tende a ser a circulação de conteúdos, a retenção dos usuários e a rentabilidade das plataformas digitais nos mercados globais e bolsas de valores mundo afora.

Ainda correndo o risco de cometer um anacronismo (na medida em que certas formas de nomeação possuem uma historicidade e adquirem sentido em um momento determinado), seria ingênuo pensar que a polarização e a rachadura são processos atuais. No entanto, em razão das novas configurações simbólicas, materiais e políticas em que vivemos, diante dos novos dispositivos sociotécnicos, essas formas de construir o social adquiriram uma particularidade, uma espacialidade e uma temporalidade novas. Vivenciamos uma mutação de natureza simbólica e um processo de despacialização (Garapon; Lassègue, 2018; 2021) considerando o modo como operamos no mundo atualmente: entremeados entre as interações e relações sociais presenciais e as mediadas pelos artefatos tecnológicos (smartphones, aplicativos, redes sociais etc.).

O presente dossiê resulta de um empreendimento acadêmico e institucional de envergadura internacional, congregando não apenas seus dois organizadores, mas também pesquisadoras e pesquisadores da Universidade de Buenos Aires e da Universidade Federal Fluminense, reunidos sob o abrigo comum do Instituto de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos (INCT-InEAC), e que igualmente se articula com outras redes de pesquisa de Universidades no exterior. Este dossiê nasce de um duplo propósito. O primeiro é acadêmico: busca compreender como a sociedade é produzida e vivida hoje, quais formas os conflitos assumem, como os laços do comum são construídos, refeitos e/ou destruídos. O segundo é ético-político, e não o ocultamos: inquietam-nos o crescimento dos discursos de ódio, a degradação do espaço público dialógico, a naturalização da desigualdade e as novas formas de exclusão que o racismo, o sexismo e a violência institucional produzem cotidianamente. Esses fenômenos nos interpelam não apenas como pesquisadores, mas também como pessoas que vivem nas sociedades em que estudam e se inquietam com o percurso pelo qual hoje caminha a humanidade. Declarar essa posição não contradiz o rigor analítico, ao contrário, o localiza como uma exigência do ato de analisar para atuar.

Como argumentou Norbert Elias (1990), as ciências sociais enfrentam um problema

constitutivo: produzimos conhecimento sobre uma vida social da qual fazemos parte. Compromisso e distanciamento não são polos opostos, mas os extremos de um contínuo no qual toda investigação se situa. O compromisso, o envolvimento com aquilo que estudamos, o desconforto diante do que encontramos, não é um obstáculo a ser superado, mas uma condição de possibilidade de fazer do conhecimento um utensílio de compreensão e mudança. Portanto, nos conceder o acesso a dimensões que o distanciamento puro tornaria invisíveis.

O risco, portanto, não consiste em estar comprometido, mas não saber com que/quem se compromete. Por isso, buscamos não a neutralidade, que seria uma falsa distância, mas o trabalho consciente sobre esse equilíbrio: deixar que o compromisso com o conhecimento e o bem comum informem as perguntas sem ditar as respostas, distanciar-nos o suficiente para ver a estrutura sem pretender que não estamos dentro dela. Este dossiê não pretende denunciar, mas compreender. Compreender é, neste contexto de rachaduras e cismas, um ato político; um ato de uma antropologia implicada com as questões que inquietam o mundo e a nós mesmos como membro da comunidade da Terra!

Estudar as rachaduras sociais a partir de dentro das próprias rachaduras implica aceitar um desconforto constitutivo. Tsing (2005) propõe pensar a fricção, o atrito, a resistência, o mal-estar do contato entre mundos que não compartilham os mesmos pressupostos, não como obstáculo ao conhecimento, mas como sua condição de possibilidade. O mundo que colocamos sob o escrutínio das análises e perguntas antropológicas é, sem dúvida, um mundo desconfortável. E há ainda outro ponto: as rachaduras são simultaneamente divisão e diferenciação como reconhecimento. É necessário haver contato para construir a diferença. As rachaduras e as cismas dependem necessariamente da existência do outro que procuram obstruir. Não há conexão sem fricção, e não há compreensão sem envolvimento.

O mundo atual, marcado por sua própria destruição planetária em suas versões como Anthropocene, Plantationocene, Chthulucene, Capitalocene (Haraway, 2015) e Humansphere (Ishikawa; Soda, 2020), é um mundo cada vez mais desconfortável que nos permite repensar o que vem sendo produzido nessas ruínas. As rachaduras sociais nos permitem compreender que fazem parte deste novo mundo, um mundo em ruínas. Como mostra Tsing (2021), viver e pensar nas ruínas não paralisa, mas obriga a formas de atenção mais refinadas, mais atentas ao que se perde e ao que, contra todas as expectativas, persiste e floresce nas margens. As rachaduras sociais que este dossiê estuda são também, nesse sentido, ruínas: restos de um comum que se fratura, mas também solo inesperado a partir do qual emergem novas formas de vida compartilhada. Afinal, de ruínas se edificam novas moradas!

Algumas formas de rachadura são diretas; outras, porém, são mais difusas, como a noção de *endurance* utilizada por Povinelli (2016) para descrever certas formas de vida que persistem sob as “economias do abandono”: condições nas quais o poder não atua principalmente por meio da repressão direta, mas deixando erodir lentamente aquilo que não se encaixa nos marcos do liberalismo tardio. *Endurance* refere-se ao trabalho ordinário, muitas vezes invisível, de

sustentar relações e modos de existência diante de processos graduais de desgaste social, econômico e ambiental. Não é uma capacidade que os sujeitos possuem, mas uma condição que lhes é imposta e que, ainda assim, mantém aberto um horizonte de possibilidade. O que persiste nas ruínas não persiste apesar delas, mas dentro delas, sustentando-se nesse desgaste cotidiano que a ordem dominante administra ao deixar morrer lentamente. As rachaduras, portanto, não são apenas sintoma de destruição: são também o espaço onde essa *endurance* se torna visível, onde as formas de vida que o presente ameaça mostra sua capacidade de continuar existindo e de manter um mundo aberto. E, na atualidade, não podemos deixar de pensar que existem Estados e supraestados que produzem zonas de abandono (Biehl, 2005), deslocando para fora do sistema aqueles que não podem ou não querem integrar, por meio do discurso cismático e das rachaduras.

Não pretendemos partir da pergunta sobre “o que deu errado?”, à maneira das narrativas de crise analisadas por Roitman (2014). Formular a questão nesses termos implicaria supor a existência de um desvio em relação a uma suposta normalidade anterior, como se o presente fosse apenas o resultado de uma falha, um acidente ou uma anomalia histórica. Nossa hipótese é outra. O mundo que hoje habitamos não aconteceu simplesmente: ele foi produzido por milhões de ações, decisões, práticas, crenças e omissões das quais, em maior ou menor medida, todos participamos. É verdade que governos de direita e extrema direita ocupam atualmente posições centrais de poder em diversas partes do mundo. Também é verdade que um número reduzido de conglomerados tecnológicos e financeiros concentra uma capacidade sem precedentes de controlar fluxos de informação, capturar atenção e influenciar comportamentos. Contudo, limitar a análise a esses atores seria insuficiente. Mais importante do que identificar culpados é compreender os mecanismos sociais, políticos, econômicos e cognitivos que tornaram possível a emergência dessa configuração histórica. Por isso mesmo, nosso esforço não consiste em lamentar um mundo que teria saído dos trilhos, mas em desenvolver instrumentos teóricos, metodológicos, éticos e políticos capazes de compreender as transformações em curso. Antes de perguntar como corrigir o presente, é preciso entender como ele se tornou possível. Há algum tempo popularizou-se a ideia do 1% dos ricos versus os 99% (ver, por exemplo, Graeber, 2013)<sup>2</sup>. Graeber afirma que, no caso dos Estados Unidos, “aquilo que vem sendo denominado Grande Recessão [referindo-se a 2008] não fez mais do que acelerar uma transformação

---

2 Uma leitura em contraponto a (Heredia, 2022) permite mostrar a complexidade, e a necessidade, de estudar as elites sem moralizá-las. Segundo Heredia, a fórmula 99/1 simplifica a estrutura e as relações sociais. Para a autora, a desigualdade contemporânea não pode ser explicada reduzindo-a a uma oposição moral entre uma pequena elite de ricos (o “1%”) e uma maioria prejudicada (o “99%”). A fórmula 99/1 produz uma poderosa imagem política, mas corre o risco de transformar a desigualdade em uma oposição moral binária entre culpados e vítimas, obscurecendo a complexidade dos processos sociais. O desafio analítico consiste em compreender como as elites são produzidas, legitimadas e contestadas sem convertê-las em personagens unidimensionais. Afinal, as rachaduras contemporâneas não se reduzem a uma única linha divisória, mas constituem um conjunto heterogêneo de fronteiras morais, políticas e sociais que atravessam diferentes escalas da vida coletiva.



profunda no sistema de classes norte-americano que já vinha ocorrendo há décadas”. E que não é possível falar de democracia nesse contexto. Segundo o *World Inequality Report* de 2026 (Chance *et al.*, 2026), os 50% mais pobres do mundo apropriam-se de 8% da renda total medida em PPC de 2025. Os 50% mais pobres do mundo possuem 2% da riqueza global (em PPC - paridade do poder de compra- de 2025). Os 10% mais ricos do mundo detêm 75% da riqueza pessoal total e apropriam-se de 53% da renda total em 2025. Note-se que aqueles que possuem mais riqueza não são necessariamente os que têm maiores rendimentos. A renda é medida após o recebimento de benefícios previdenciários e de desemprego, e antes dos impostos e transferências. Se observarmos esse 10% mais rico, o 0,001% mais rico sozinho (menos de 60 mil bilionários) controla hoje três vezes mais riqueza do que metade da humanidade combinada<sup>3</sup>. Sua participação cresceu continuamente de quase 4% em 1995 para mais de 6% na atualidade, o que sublinha a persistência da desigualdade.

Os proprietários das empresas tecnológicas que controlam as redes sociais (Meta, X etc.) fazem parte desse grupo minúsculo que controla a riqueza e a informação. As cinco pessoas mais ricas do mundo são homens (apenas homens) e possuem participação decisiva na propriedade das redes sociais e do mundo digital: Elon Musk (Tesla, SpaceX e X), Larry Page e Sergey Brin (Google), Jeff Bezos (Amazon) e Mark Zuckerberg (Meta). São super-ricos que não apenas buscam e detêm o controle da informação, mas também apostam na inteligência artificial para transformar as formas de vida e as maneiras de nos relacionarmos.

Além disso, os ultrarricos pagam taxas tributárias consideravelmente mais baixas do que o restante da população. E isso não apenas é avalizado, mas também fomentado pelos governos de direita. Na América Latina, o continente mais desigual do planeta, segundo um estudo do *International Tax Observatory* (Silva; Parrinello; Oualalou, 2026)<sup>4</sup>, a desigualdade de riqueza caracteriza-se por uma marcada concentração da riqueza no topo da distribuição. A riqueza dos bilionários da região multiplicou-se por seis entre 2000 e 2026. Os governos de direita, além disso, não apenas não “corrigem a desigualdade”, mas a fomentam. Segundo o *International Tax Observatory*, os 50% mais pobres destinam, em média, cerca de 30% de sua renda a impostos, enquanto o 1% mais rico destina, em média, cerca de 22%. E mais ainda: o 0,01% mais rico paga, em média, 20% no Brasil e 11% no Chile, menos da metade da média. Não apenas os impostos são regressivos, mas os ricos também podem estruturar seu patrimônio de modo a gerar pouca ou nenhuma renda tributável, além de contar com uma engenharia contábil que lhes permite pagar menos impostos.

---

3 Segundo a Forbes, em 2026, 20 pessoas farão parte do “clube dos 100 bilhões”, cinco a mais do que em 2025. Quase metade desses centibilionários acumulou sua riqueza no setor de tecnologia. Disponível em: [https://www-forbes-com.translate.goog/sites/chasewithorn/2026/03/10/2026-worlds-billionaires-list-facts-and-figures/?\\_x\\_tr\\_sl=en&\\_x\\_tr\\_tl=es&\\_x\\_tr\\_hl=es&\\_x\\_tr\\_pto=tc&\\_x\\_tr\\_hist=true](https://www-forbes-com.translate.goog/sites/chasewithorn/2026/03/10/2026-worlds-billionaires-list-facts-and-figures/?_x_tr_sl=en&_x_tr_tl=es&_x_tr_hl=es&_x_tr_pto=tc&_x_tr_hist=true). Acesso em: 6 jun. 2026.

4 Disponível em: <https://taxobservatory.world/publication/progressive-taxation-and-inequality-minimum-taxation-of-high-net-worth-individuals-in-latin-america-and-the-caribbean/>. Acesso em: 6 jun. 2026.

Se damos tanta importância ao crescimento da desigualdade, não é por uma mera posição conspiratória ou denunciatória. Esses números falam de um mundo mais desigual, no qual os polos vão se afastando e produzindo diferentes mundos sociais nos quais (con)vivemos. Como podemos viver hoje nesses novos mundos que se entrelaçam cotidianamente nas redes sociais? O olhar etnográfico nos permite pensar que esses grandes processos são costurados cotidianamente. A ideologia anti-igualitária que a direita propaga se expressa diariamente no mundo atual, um mundo construído por fissuras, rachaduras e cismas.

Seria ingênuo afirmar que este é um processo novo. No entanto, acreditamos que o mundo atual, mais acelerado e produzido por e com as tecnologias digitais (como por exemplo, as redes sociais e outros artefatos tecnológicos do ecossistema digital), permitiu novos contornos às sociedades contemporâneas. Ainda mais quando a polarização, a rachadura, o favorecimento do florescimento e da manutenção de uma racionalidade cismática, entre outros fenômenos, constituem meios de mercantilizar o engajamento promovido pelos artefatos da ecologia digital e sua rentabilidade nas bolsas de valores das empresas de *big tech*.

Ademais, o problema ultrapassa amplamente a esfera econômica. Os dados produzidos, extraídos e processados por meio dessas interações na arena pública digital constituem recursos estratégicos fundamentais para novas formas de gestão biopolítica das populações. Se, em Michel Foucault (2022), a biopolítica designava o conjunto de técnicas voltadas à administração da vida, dos corpos e das populações, no capitalismo digital contemporâneo ela adquire novos contornos tecnocognitivos (Cesarino, 2022). Como sugere Byung-Chul Han, ingressamos em um regime de “psicopolítica”, no qual a gestão humana já não opera prioritariamente pela repressão disciplinar clássica, mas pela captura dos afetos, dos desejos, da atenção e das disposições subjetivas dos indivíduos conectados em rede (Han, 2022). Nunca na história humana acumulou-se tamanho volume de dados sobre comportamentos, preferências, medos, crenças, deslocamentos, hábitos e interações sociais. Jamais assistimos tamanha capacidade de monitoramento, previsão e modelagem comportamental da vida humana em escala planetária. Sem considerar que tais dispositivos não emergiram espontaneamente, mas foram produzidos por meio de sofisticadas engenharias sociotécnicas elaboradas décadas a fio de maneira sistemática, científica, empresarial e militar. A produção massiva de metadados, identificando ritmos de comunicação, redes de sociabilidade, intensidades afetivas, temporalidades de interação, hábitos cotidianos, disposições políticas e padrões cognitivos, é a fábrica de mapas comportamentais extremamente refinados da vida social inédito na história moderna.

Muitas interpretações tendem a tratar a polarização como um estado geral de fragmentação social, produzindo leituras totalizantes que pouco dizem sobre como essas divisões são efetivamente produzidas, sustentadas e experimentadas na vida cotidiana. Mais do que processos sociais concretos, as polarizações aparecem frequentemente como abstrações autossuficientes, como algo dado que simplesmente se mantém. Onde fica a agência das pessoas nesse processo? Estamos nos tornando cada vez mais ciborgues incapazes de pensar? Ou o



nosso pensamento se encontra povoado por elementos nutridos pelas tecnologias atuais que favorecem o pensamento polarizado (ou como propomos, cismáticos)?

A aposta deste dossiê é diferente. Mais do que assumir a polarização como um dado evidente ou uma condição estrutural já constituída, propomos etnografar os processos pelos quais as rachaduras sociais são continuamente produzidas, habitadas, negociadas e reativadas. Nesse sentido, as divisões não são compreendidas como entidades fixas nem como simples posições ideológicas opostas, mas como efeitos relacionais que emergem e se entremeiam na interação. Queremos pensar diferentes configurações analíticas e formas de ver o mundo que são construídas a partir de certas categorias que diferenciam o mundo. Em que medida essas categorias nos servem? Elas ampliam ou achatam os processos sociais? O que acontece se formos além das rachaduras e das cismas?

## **OLHANDO O CONFLITO E AS FORMAS DE FAZER POLÍTICA: AMPLIANDO A ANTROPOLOGIA DO PODER**

A antropologia olha para a política desde a sua fundação como disciplina. Segundo Vincent (2002, p. 3):

É possível identificar três fases na relação da antropologia com a política. Na primeira era formativa (1851-1939), os antropólogos estudavam a política quase que incidentalmente, em relação a outros interesses. Na segunda fase (de 1940 até cerca de 1972), a antropologia política desenvolveu um corpus de conhecimento sistematicamente estruturado e um discurso autoconsciente [...]. À medida que novos paradigmas desafiavam os sistemas de conhecimento anteriormente dominantes e coercitivos, a antropologia política foi primeiro descentrada e depois desconstruída. A virada política adotada por disciplinas contingentes como a geografia, a história social, a crítica literária e, acima de tudo, o feminismo, revitalizou a preocupação da antropologia com o poder e a impotência.

Pires do Rio Caldeira (1989) propõe uma perspectiva complementar. Se a antropologia política clássica estava centrada no estudo das instituições políticas, da autoridade e dos sistemas de governo em “sociedades sem Estado”, os estudos mais recentes concentram-se nas relações de dominação, desigualdade, resistência e conflito presentes em diferentes âmbitos: gênero, sexualidade, família, trabalho, conhecimento e colonialismo. O poder já não é entendido apenas como coerção explícita, mas como uma trama de relações desiguais que atravessam a vida cotidiana. A passagem dos estudos antropológicos das sociedades tribais para a análise da modernidade e do capitalismo global; a importância do colonialismo; o foco em nossas próprias sociedades; e o estudo histórico como perspectiva processual para compreender as formas de dominação foram alguns dos pontos-chave que diferenciam a nova antropologia política. Embora reconheça a importância dos estudos centrados nos processos globais (Wolf, 2010; Wallerstein, 1974; Mintz, 1985), ela também reconhece a necessidade de pensar as histórias

“mais locais”.

Atualmente nos encontramos diante de uma nova forma de pensar as relações entre o local e o global, algo que a antropologia política não deve deixar de lado. Não se trata simplesmente de um retorno a uma antropologia sombria (*dark anthropology*) (Ortner, 2016), do *suffering subject* (Robbins, 2013) ou de uma antropologia do bem (Robbins, 2023), mas de compreender de forma mais acabada o mundo social em que vivemos, no qual o olhar a partir da “política” ou da cisma pode, por vezes — como mostra o caso estudado por Garzón Rogé publicado no presente dossiê — obstaculizar o olhar etnográfico. Como argumenta Fonseca (2005), é necessário recuperar uma orientação etnográfica para a análise da pobreza e da desigualdade (e das novas formas de racionalidade, como a cismática que discutiremos mais à frente), capaz de sustentar a classe social como hipótese analítica sem convertê-la em um rótulo sociológico externo, nem dissolvê-la em categorias substitutivas e, portanto, compreender as experiências que produzem formas de estar no mundo.

Fonseca reivindica a especificidade do método etnográfico para reconstruir, a partir de baixo, as matrizes simbólicas, hierarquias e valores que organizam a vida cotidiana em uma sociedade de classes. Sua proposta visa produzir etnografias que evitem tanto o miserabilismo quanto a romantização, restituindo ambivalências, conflitos e relações internas de poder, permitindo compreender como a vida social se sustenta e é disputada em condições estruturalmente desiguais. Isso implica deslocar-se dos olhares “de cima” sem ficar preso exclusivamente a uma perspectiva “de baixo”, mantendo a tensão entre experiência cotidiana e estrutura social.

Mas, afinal, o que é a cisma, o que são as rachaduras e como podemos repensar o conflito nesse sentido?

Nossa perspectiva centra a atenção nas formas cotidianas de produção do conflito, nas disputas por legitimidade e reconhecimento, nas moralidades que organizam a vida pública e nas maneiras pelas quais o social é produzido através de interações concretas, antes que pela simples reprodução de estruturas abstratas. Mais do que partir de categorias estabilizadas como “Estado”, “polarização” ou “sociedade”, trata-se de seguir etnograficamente os modos pelos quais atores, instituições, dispositivos e sensibilidades produzem formas situadas de pertencimento e produção de alteridade.

O conflito tem sido um tema central da antropologia política. Basta pensar naquela que é considerada a pedra fundadora da antropologia política, *Sistemas políticos africanos* (Fortes; Evans-Pritchard, 1940), ou na obra clássica de Evans-Pritchard (1987), *Os Nuer*, na qual o conflito é central para compreender a manutenção da ordem. Neste universo é o conflito que organiza a ordem, a anarquia ordenada. Gluckman mostrou o conflito como uma dimensão ordinária e produtiva da vida social. A questão, portanto, não era a ausência de tensões, mas a maneira pela qual as diferenças eram organizadas (Gluckman, 2009). Esta é, de certa forma, também a preocupação de Mauss em seu clássico estudo sobre a Dádiva (Mauss, 2012), no

qual a guerra de todos contra todos transforma-se em intercâmbio generalizado (Sahlins, 1972). No Brasil, o conflito constituiu um dos eixos centrais do aparato analítico desenvolvido pelo centro de pesquisa do qual fazemos parte, o INCT-InEAC (assim como por grupos a ele vinculados, como o Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisas e o Laboratório de Estudos Sobre Conflito, Cidadania e Segurança Pública), a partir dos trabalhos pioneiros de Roberto Kant de Lima (ver, por exemplo, Kant de Lima, 2010, 2011), dedicados à compreensão das formas, lógicas e natureza assumidas pelos conflitos em distintos contextos sociais-políticos e situações etnográficas.

De fato, a perspectiva antropológica não estava centrada em formas e valores morais dos conflitos. Antes, grande parte da antropologia política clássica remetia a uma visão que homogeneizava as formas de organização social e inviabilizava pensar formas de vida e valores morais em conflito.

No entanto, as rachaduras contemporâneas parecem operar segundo uma lógica específica. Mais do que conflitos suscetíveis de mediação ou negociação, assistimos frequentemente à produção de formas cismáticas de relação nas quais a própria possibilidade de reconhecimento do outro é colocada em questão. As divisões não remetem apenas a desacordos programáticos ou ideológicos, mas a dinâmicas morais e afetivas que produzem distâncias sociais difíceis de atravessar. As rachaduras aparecem, assim, como processos de negação da alteridade ampliada: modos pelos quais certos atores, práticas e sensibilidades são progressivamente constituídos como radicalmente opostas e, portanto, sediadas em um universo alheio e distante do “outro-diferente”.

Como demonstra Letícia Cesarino (2022), nesse cenário, as direitas contemporâneas - e especialmente suas inflexões extremas — não podem ser compreendidas apenas como projetos eleitorais ou ideológicos. Sua eficácia política reside, em grande medida, na capacidade de produzir pertencimento por meio da intensificação de fronteiras morais, afetivas e simbólicas. Mais do que simples reações irracionais ou anacrônicas, elas operam como projetos ativos de reorganização do social, capazes de capturar afetos, produzir identificações e transformar incertezas difusas em antagonismos concretos como anteriormente chamamos atenção. Trata-se de colocar o mundo às avessas por meio de seus utensílios sociotécnicos.

É importante enfatizar mais uma vez, que uma dimensão central desse processo refere-se às transformações das infraestruturas de comunicação, da ecologia sociotécnica e da arena pública digital. As redes sociais e plataformas digitais não são simples canais pelos quais circula a polarização; constituem condições de possibilidade para formas específicas de interação política. Ao privilegiarem a resposta imediata, a aceleração afetiva e a visibilidade permanente do conflito, esses dispositivos produzem uma lógica comunicacional, na qual a oposição é rapidamente moralizada e o outro facilmente desqualificado. A produção algorítmica da visibilidade, o fechamento dos circuitos comunicacionais e a intensificação emocional contribuem para reforçar formas de antagonismo cada vez mais difíceis de traduzir umas às

outras.

Em larga medida, essas transformações resultaram no processo de tensionamento entre o que denominamos de razão das luzes (iluminista) e a razão cismática (Mota, 2023; Mota; Toscano, 2023). Consolidou-se no interior da modernidade ocidental — inclusive nas Ciências Sociais — uma espécie de apriorismo histórico segundo o qual o ser humano possuiria uma inclinação intrínseca ao exercício da razão tal como ela foi concebida pelos paradigmas iluministas da modernidade. Como se a racionalidade reflexiva, crítica e argumentativa correspondesse a um estado quase natural da consciência humana. Todavia, considerada a longa duração da experiência humana, a razão moderna constitui um acontecimento histórico relativamente recente. São aproximadamente dois milhões e meio de anos de história da espécie humana diante de apenas alguns séculos de consolidação das formas modernas de racionalidade científica, jurídica e política que conhecemos com a modernidade.

Embora a cisma não constitua novidade histórica, como discutimos em outros trabalhos (Mota, 2018; Mota; Kant de Lima, 2022), sua atual reconfiguração no mundo adquire particular relevância no universo atravessado por plataformas digitais, lógica algorítmica de visibilidade, hiperinflação informacional e profundas transformações nos modos contemporâneos de produção da verdade. Compreender suas novas morfologias talvez permita iluminar, ainda que parcialmente, algumas das mutações sociais mais significativas de nosso tempo. O que denominamos de razão cismática deve ser compreendida como um fenômeno multidimensional e compósito, cuja operação varia conforme os enquadramentos simbólicos, os contextos culturais, formas de verdade e as situações sociais nas quais se inscreve. O componente “cisma” não atua de maneira homogênea ou abstrata; ele emerge situacionalmente, articulando-se a diferentes variáveis cognitivas, morais, afetivas, políticas e históricas que atravessam os fenômenos sociais observados.

A cisma é concebida como uma forma específica de avaliação, qualificação e julgamento socialmente produzida, compartilhada e legitimada nas dinâmicas coletivas. Trata-se de um modo de raciocínio no qual a convicção tende a anteceder o próprio percurso da prova, da evidência ou dos fatos, produzindo um enrijecimento cognitivo que reduz a capacidade de acolher informações, argumentos e experiências provenientes de universos percebidos como pertencentes ao “outro-diferente”. As chamadas bolhas informacionais, potencializadas pela lógica algorítmica das plataformas digitais e pelo modo como frequentemente lidamos com artefatos tecnológicos das arenas públicas digitais, favorecem sobremaneira o florescimento da razão cismática, estreitando os horizontes de compreensão dos fenômenos sociais e reforçando visões de mundo cada vez mais autorreferenciadas. O resultado é uma espécie de efeito coquetel informacional, no qual conteúdos homogêneos se retroalimentam continuamente, fortalecendo certezas e enfraquecendo a disposição para o confronto com a alteridade e com a prova mais amplamente compartilhada (Bronner, 2021, 2013).

Portanto, não estamos diante de um fenômeno estritamente subjetivo, pois a razão

cismática é compreendida como uma configuração social, moral e cognitiva que atravessa práticas, instituições, modos de produção da verdade e formas ordinárias de interação e produção de sentidos. E ela se difere da suspeita ou desconfiança. Quando suspeitamos ou desconfiamos de algo (ou de alguém) nosso julgamento ainda permanece relativamente aberto ao trabalho da prova, da justificação e da interação social fundada no compartilhamento de sentidos relativamente comuns. A suspeita não constitui uma certeza acabada; ela pressupõe a possibilidade de validação, revisão ou mesmo dissolução mediante aquilo que Luc Boltanski e Laurent Thévenot (2020) denominam provas de realidade e formas de justificação compartilhadas que ganham em generalidade (*montée en généralité*).

Em outras palavras, aquele que suspeita ainda admite, ao menos potencialmente, a possibilidade de ser convencido pelo curso da interação, pelos argumentos mobilizados ou pelos elementos produzidos na e pela relação com o mundo social. É justamente por isso que, tanto na linguagem jurídica quanto na vida ordinária, um suspeito é alguém submetido a investigação, logo não previamente condenado. Por isso no tribunal é proferido que “fulano foi suspeito de roubar fulana” (e não a formulação “fulano roubou fulana”). A suspeita acerca da existência de um(a) amante, por exemplo, não equivale a uma certeza. Quem suspeita procura indícios, confronta versões, interpreta sinais e tenta, por diferentes meios, confirmar ou desfazer aquilo que ainda pertence ao domínio da dúvida. A razão cismática opera de outro modo. Nela, o julgamento tende progressivamente a se fechar sobre si mesmo. A prova amplamente compartilhada deixa de funcionar como possibilidade de transformação da convicção para operar apenas como mecanismo de reforço daquilo que já se acredita. Nesse sentido, ela permite o trabalho de enrijecimento cognitivo (Zmigrod, 2025) e fechamento para o “outro-diferente”.

## A CISMA COMO FORMA DE RELAÇÃO SOCIAL E AS RACHADURAS COMO PROCESSO DE DIFERENCIAÇÃO

Dissemos que as rachaduras, ao negarem o social, também o constroem. Elas produzem fronteiras morais entre um “nós” e um “outro”. Como argumenta Lamont (2000), as pessoas não produzem apenas distinções econômicas ou políticas entre si, mas traçam fundamentalmente distinções morais. Essas fronteiras não possuem apenas uma dimensão ideológica, mas também consequências materiais. Determinam quem tem acesso a recursos, direitos e proteção; quem é tratado com respeito e quem é humilhado; quem pode falar com autoridade e quem é silenciado.

As fronteiras morais são relacionais. E nem todos os grupos e pessoas possuem a mesma capacidade de produzi-las de forma eficaz. Diferentes grupos sociais competem para impor seus próprios critérios de valor moral como legítimos, como aqueles que definem o que é “normal”, “decente” ou “aceitável” em uma determinada sociedade. O traçado de fronteiras morais constitui, assim, uma operação, simultaneamente, de identidade de algo/grupo e de

exclusão: sustenta o próprio valor degradando o outro. O que aparentemente é uma afirmação de si é também, sempre, uma operação de alteridade e negação de um “outro-diferente”. Em tais circunstâncias a cisma se converte no cisma, ou seja, na rachadura existencial entre polos que vivem em mundos morais incomensuráveis do ponto de vista de seus valores e representações de mundo.

Dessa forma, as rachaduras e as cismas constituem modos de construir fronteiras morais com fortes efeitos sobre o plano material e sobre as formas de ganhar a vida em sentido amplo (Perelman, 2020). Ao mesmo tempo, as novas relações sociais baseadas em dispositivos tecnológicos permitem traçar, retraçar e produzir essas fronteiras com uma intensidade e uma escala certamente inéditas. A velocidade com que elas se tornam impermeáveis e a virulência afetiva de que se revestem exigem que pensemos essas novas formas de produzir um nós/outros nas quais o outro aparece como moralmente inferior, contaminante, perigoso para a ordem social. A fronteira moral converte-se, assim, em fronteira de exclusão radical, formulada especialmente pelo trabalho de enrijecimento cognitivo dos agentes que passam a conceder maior crédito àquilo que já previamente acreditam, bem como pelo trabalho de editorialização do mundo através do afunilamento do entendimento do mundo por meio dos usos frequentemente realizados pelos agentes e da lógica algorítmica que tende a nos ofertar informações e conteúdos relativos às nossas predileções (Bronner, 2021, 2013). Ou seja, vivenciamos um grande paradoxo: vivemos num oceano informacional sem precedentes na história humana e paradoxalmente ilhados em nossos arquipélagos de entendimentos mediante o modo como geralmente utilizamos os artefatos digitais associados à mecânica dos seus instrumentos sociotécnicos.

Estariamos diante de uma disputa entre repertórios de avaliação moral em torno daquilo que é legítimo e digno? Uma disputa que se produz nas conversas cotidianas, nas redes sociais, nos espaços estatais, nas marchas, nos grupos de WhatsApp, onde se decide quem tem o direito de falar sobre política, segurança pública, desigualdade etc. e quem não tem. Na Argentina, por exemplo, falar sobre inflação tem constituído uma das formas centrais de produção das rachaduras sociais, da *grieta* (Perelman, 2024). Antes mesmo de se expressar sob a forma de antagonismos explícitos ou de confrontos violentos, a discussão sobre a inflação, em determinados contextos e entre certos interlocutores, remete a projetos políticos, valores morais e modos de vida distintos.

Desse modo, a etnografia revela-se, portanto, particularmente fecunda para a compreensão desses processos, pois permite deslocar a análise das grandes narrativas abstratas para as práticas ordinárias por meio das quais as fraturas sociais adquirem espessura e densidade. As rachaduras não existem apenas nos discursos políticos ou nos indicadores de opinião pública; elas se sustentam nas interações cotidianas, circulam pelas plataformas digitais, sedimentam-se nas instituições, organizam percepções morais e moldam formas concretas de habitar o mundo social. As rachaduras sociais constituem entradas privilegiadas, diante das fronteiras que produzem e demarcam, para a compreensão da própria construção do social. Analisar os



fenômenos a partir das formas de vida e das formas de ganhar a vida (Fernández Álvarez; Perelman, 2020; Perelman, 2021) permite compreender como as rachaduras e a cisma não são apenas modos de interpretar o mundo, mas também formas de imaginar, organizar e sustentar projetos de vida.

Cabe frisar que o Estado também participa ativamente da produção e intensificação das rachaduras sociais, seja pela elaboração de categorias classificatórias, pela distribuição desigual de reconhecimento, pela definição de inimigos internos ou pela mobilização de gramáticas morais que reforçam fronteiras simbólicas entre grupos, como foi possível observar na pandemia com a gestão do governo Bolsonaro no Brasil e suas repercussões nas malfadas políticas sanitárias permeadas pela lógica negacionista e complotista (como nos EUA de Trump). Nessas circunstâncias, o poder estatal contribui para a sedimentação da polarização e rachadura como detentor do monopólio legítimo da nomeação social e de dizer a verdade. Ao definir suas linhas de atuação e conformar qualificações, o Estado participa da constituição de fronteiras morais e cognitivas que podem alimentar processos de polarização, rachadura e cristalização cismática do julgamento. Desse modo, encontramos nos interstícios das instituições estatais um poderoso operador de legitimação das divergências que se transformam em antagonismos morais absolutos, convertendo a gestão pública no produtor institucional de rachaduras sociais como observado no período da pandemia e nas controvérsias suscitadas a respeito das medidas a serem adotadas (lockdown, vacina, máscara, medicamentos como a cloroquina, dentre outros).

## APRESENTAÇÃO DOS ARTIGOS

Os artigos reunidos neste dossiê permitem observar essas dinâmicas em diferentes registros etnográficos. Os textos mostram que as *rachaduras sociais* não são apenas expressões de polarização política. Pelo contrário, expressam os processos por meio dos quais se produzem fronteiras morais, formas de pertencimento, critérios de legitimidade e projetos de futuro. A vida social contemporânea é marcada simultaneamente por dinâmicas de divisão e por esforços, sempre precários, de reconstrução do comum. Seguindo a proposta de Tsing (2021), propomos ler as rachaduras como processos não apenas de polarização, mas também de contaminação e de construção polifônica de formas de vida.

Os textos aqui reunidos avançam em diferentes direções para compreender o modo como vivemos hoje: as plataformas digitais como dispositivos sociotécnicos de produção de rachaduras; o Estado como produtor de rachaduras; a cisma como produtor da incomensurabilidade comunicativa e da desigualdade, mas também como algo que muitas vezes nos impede de ver e nos leva a pensar que as rachaduras são um problema “de fora”; a importância de deixar-se afetar e de seguir os atores.

O artigo “*É a mesma coisa de uma virgem falar de sexo*”: *cismas e legitimidade do*

*saber por profissionais de segurança pública*, de Leonardo Brama, Marcos Verissimo e Perla Alves Bento de Oliveira Costa, avança na compreensão de que as rachaduras sociais não são simplesmente diferenças de opinião ou posições ideológicas opostas, mas formas de produção da alteridade que dificultam o reconhecimento da legitimidade do outro. A partir de uma etnografia realizada com policiais-alunos do Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública e Social da Universidade Federal Fluminense entre 2023 e 2025, os autores analisam como se constroem disputas sobre quem possui autoridade para falar sobre segurança pública.

O artigo mostra que, para muitos profissionais da segurança pública, o conhecimento acadêmico é considerado ilegítimo porque provém de pessoas que não experimentam diretamente a prática policial. A oposição nativa entre “teoria” e “prática” funciona como um mecanismo de exclusão que restringe a autoridade do conhecimento àqueles que participam de determinadas experiências consideradas autênticas, especialmente as associadas ao confronto armado e ao trabalho policial de rua.

A partir de uma etnografia que combina atividades acadêmicas presenciais e interações no grupo de WhatsApp do Grupo de Estudos em Segurança Pública (GESP), o texto mostra como opera uma lógica que Mota denomina “razão cismática”: os desacordos não são tratados como diferenças passíveis de discussão ou negociação, mas como evidências de que o interlocutor carece de legitimidade para intervir no debate. O grupo de WhatsApp do GESP é, para além de sua dimensão técnica, o espaço onde a lógica cismática se torna mais visível, já que seu caráter sociotécnico e a natureza das relações produzem dinâmicas diferentes entre docentes e policiais-alunos, permitindo uma franqueza maior do que aquela observada em sala de aula. Nesses espaços digitais é possível enxergar para além da sala de aula.

Nesse sentido, como buscamos problematizar na introdução do texto, plataformas como o WhatsApp não operam somente como meios técnicos de comunicação, mas como dispositivos de organização da atenção, circulação de afetos e modelagem das formas de percepção coletiva do mundo. Elas participam ativamente da constituição dos ambientes morais, cognitivos e emocionais nos quais a razão cismática pode se expandir, consolidar-se e circular socialmente. Um aspecto central é a redução - ou mesmo ausência - da interação presencial-corporal que auxilia toda economia fenomenológica da comunicação humana, tais como gestos, entonação, expressões faciais, olhar, contexto do uso das palavras e frases etc. Como seres vivos fenomenológicos, dependemos desses recursos para a construção de entendimentos compartilhados. Se a comunicação humana com o corpo presente envolve ambiguidades, ruídos e interpretações (como exemplificado na “piscadela” de Clifford Geertz (1973)), em ambientes digitais a limitação destes elementos tende a intensificar os ruídos comunicativos, favorecendo interpretações precipitadas e reduzindo as possibilidades de negociação de sentido. Nesse contexto, ampliam-se os chamados “curto-circuitos comunicativos”, que contribuem para a consolidação de julgamentos cismáticos sobre conteúdos e o fechamento ao outro-diferente.

O conflito deixa de ser uma instância de produção de conhecimento para converter-se

em um mecanismo de reafirmação identitária e aniquilação do conflito e da diferença (Kant de Lima, 2011). Quanto mais distante aparece o outro - o acadêmico, o pesquisador, o civil - mais facilmente sua palavra é desqualificada. Nesse processo, não se produz apenas o contraditório, mas a construção de fronteiras morais e epistemológicas que definem quem pode falar, quem pode conhecer e quem deve ser excluído da conversa. Os policiais-alunos não ignoram o saber acadêmico, pelo contrário, fazem provas, obtêm diplomas, mas, simultaneamente, desenvolvem um discurso corporativo que o neutraliza, reafirmando publicamente, diante dos pares e dos próprios acadêmicos, a superioridade do saber prático. Produz-se, assim, um contra-aprendizado. As rachaduras aparecem não apenas como bloqueios ao diálogo, mas como formas ativas de produção de legitimidade desigual e diferenciada: espaços sociais onde o reconhecimento do outro torna-se estruturalmente impossível porque o outro foi previamente constituído como alguém que, por definição, não pode saber.

O artigo de Diogo Silva Corrêa e Marina Haddad Tovolli, *A polarização no Brasil contemporâneo: tendências, contratendências e ideologias críticas*, desloca a discussão sobre a polarização das explicações centradas em discursos, lideranças ou conjunturas políticas para uma interpretação de longa duração baseada em transformações estruturais. A partir da coexistência e expansão simultânea da Marcha para Jesus e da Parada do Orgulho LGBTQIA+ em São Paulo — dois fenômenos que crescem ao mesmo tempo, alimentando-se mutuamente — os autores sustentam que a polarização contemporânea não expressa a confrontação entre um Brasil que avança e outro que resiste, mas a manifestação de dinâmicas produzidas por um mesmo processo histórico.

O argumento central é que as transformações morfológicas ocorridas desde os anos 1960 — urbanização acelerada, expansão educacional, diversificação ocupacional e densificação comunicacional — criaram as condições para a difusão daquilo que os autores denominam “ideologias críticas”: feminismo, antirracismo, movimentos LGBTQIA+, ambientalismo e direitos humanos. Essas ideologias compartilham uma lógica comum: tornam visíveis sujeitos historicamente subordinados, questionam desigualdades naturalizadas, transformam sensibilidades morais e ampliam direitos. A história da Nova República é lida como um processo cumulativo de institucionalização dessas demandas por meio de diferentes ciclos de governo, que expressam não uma alternância partidária, mas distintas modalidades de incorporação de uma mesma pressão estrutural igualitária.

O artigo mostra que esses avanços produzem simultaneamente suas próprias contratendências. À medida que as ideologias críticas ampliam direitos e questionam hierarquias estabelecidas, geram reações orientadas a restaurar formas de autoridade e desigualdade previamente naturalizadas. Desse modo, segundo postulam, o bolsonarismo não é uma anomalia externa ao processo democrático, mas um produto endógeno das mesmas transformações que tornaram possível a expansão de direitos. As forças reacionárias desenvolvem uma gramática própria baseada em quatro operações recorrentes: negar a legitimidade dos sujeitos

subalternizados, renaturalizar as desigualdades, desacreditar novas sensibilidades morais e apresentar direitos conquistados como privilégios indevidos. As rachaduras sociais aparecem, assim, como disputas em torno dos próprios critérios de legitimidade: quem é reconhecido como sujeito, quais desigualdades são consideradas aceitáveis e quais formas de vida merecem existir no espaço comum.

Como propõem no artigo, no Brasil contemporâneo, os dois eventos que portam consigo concepções normativas distintas, não apenas coexistem, mas também adquirem visibilidade lado a lado a partir de uma expansão paralela. Desse modo, observa-se a produção simultânea de gramáticas políticas divergentes, buscando compreender sociologicamente a polarização sem reduzi-la a um jogo de ilusões ou a uma simples distorção da realidade.

Em *Inquisitorialidade, ordem pública e periculosidade: análise de habeas corpus julgados nos Tribunais de Justiça do Mato Grosso do Sul e do Rio de Janeiro durante a Pandemia de Covid-19*, André Luiz Faisting e Yolanda Gaffrée Ribeiro analisam os efeitos da pandemia de Covid-19 sobre as decisões judiciais relativas à prisão preventiva no Brasil, a partir do estudo de 348 habeas corpus relacionados principalmente a delitos de tráfico de drogas. Apesar da Recomendação 62 do Conselho Nacional de Justiça, que propunha a revisão das prisões preventivas para reduzir os riscos sanitários decorrentes da superlotação carcerária, mais de noventa por cento dos pedidos foram rejeitados, evidenciando a continuidade das práticas punitivas mesmo em um contexto excepcional que parecia exigir a proteção dos direitos fundamentais das pessoas privadas de liberdade.

O artigo mostra que essa continuidade não é inercial, mas estrutural. Recuperando o conceito de inquisitorialidade de Roberto Kant de Lima, os autores argumentam que o sistema de justiça criminal brasileiro opera segundo uma lógica na qual o juiz decide primeiro, intuitivamente, e justifica depois, dogmaticamente. As categorias “garantia da ordem pública” e “periculosidade social do agente” constituem o instrumento privilegiado dessa operação: conceitos juridicamente indeterminados cujo conteúdo permanece aberto e é preenchido por referências igualmente vagas (paz social, gravidade do delito, credibilidade da justiça, risco de reincidência). Essa plasticidade permite fundamentar a prisão preventiva em uma ampla variedade de situações, mesmo quando inexistem elementos concretos que indiquem riscos processuais específicos.

O resultado é a produção daquilo que Michel Misse denomina sujeição criminal: a “periculosidade” deixa de referir-se a fatos para transformar-se em uma característica atribuída a determinados sujeitos — especialmente aqueles associados ao tráfico de drogas e a setores socialmente vulneráveis — que “não apenas cometem crimes, mas sempre os cometerão”. A oposição entre “cidadãos de bem” e sujeitos perigosos traduz-se em práticas concretas de classificação, exclusão e restrição de direitos. O artigo evidencia, assim, que a polarização contemporânea não se limita ao espaço público ou ao debate político: ela se inscreve também nas gramáticas institucionais por meio das quais o Estado define quem merece proteção, quem

constitui uma ameaça e quais vidas podem ser consideradas descartáveis.

O artigo de Malena Rojas, Solluá Borges de Souza e Isadora Lins França, intitulado *Gays de Direita e a produção de purificações: uma análise do ativismo homossexual conservador no Instagram*, analisa a emergência do ativismo homossexual conservador no Brasil a partir de uma etnografia digital realizada no Instagram entre 2019 e 2022. O texto mostra que as rachaduras sociais não se produzem apenas entre campos políticos opostos, mas atravessam e reconfiguram internamente as próprias minorias. Por meio do estudo de perfis de homens gays alinhados ao bolsonarismo, as autoras examinam como se articulam identidade sexual, conservadorismo moral e ativismo digital na produção de novas formas de pertencimento político, revelando que os processos de diferenciação moral não respeitam as fronteiras que imaginávamos estáveis.

O “gay de direita” não questiona as hierarquias morais promovidas pelo conservadorismo, mas busca reinscrever a homossexualidade dentro de um quadro de valores associados à família, à religião, à nação e à ordem social, produzindo uma purificação simbólica. A visibilidade homossexual deixa, assim, de apresentar-se como resultado de lutas coletivas por direitos para converter-se em evidência de normalidade e respeitabilidade. O orgulho historicamente associado à resistência frente à discriminação é ressignificado como orgulho de ser “normal”, patriota e moralmente correto.

Apoiando-se nos trabalhos de Mary Douglas sobre pureza e contaminação, as autoras mostram que esse ativismo constrói permanentemente fronteiras entre sujeitos “puros” e “impuros”: a pureza é associada àqueles que aderem a valores conservadores e ao projeto bolsonarista, enquanto a impureza é projetada sobre a esquerda, os movimentos LGBTQIA+ tradicionais, o feminismo e, de forma cada vez mais específica, as pessoas trans e travestis. A construção desse “outro impuro” permite redefinir quem pode ser reconhecido como representante legítimo da diversidade sexual e quem permanece excluído dessa comunidade moral. O artigo mostra também o papel central das plataformas digitais nesses processos. Seguindo a noção de economia afetiva de Sara Ahmed, as autoras demonstram que os afetos (orgulho, vergonha, medo, indignação e ressentimento) não pertencem aos indivíduos, mas circulam entre os corpos, criando fronteiras e aderindo significados. Hashtags, memes, vídeos e práticas de interação funcionam como dispositivos de circulação afetiva que produzem pertencimento e reforçam identidades políticas.

Desse modo, o que está em jogo não são disputas de argumentos, mas a produção de uma economia moral na qual o engajamento digital se converte em prova pública de pureza. O Instagram aparece, assim, não apenas como suporte técnico, mas como infraestrutura ativa de produção de rachaduras: uma plataforma que amplifica conteúdos moralmente polarizadores e facilita a formação de comunidades articuladas em torno de valores compartilhados e inimigos comuns, transformando a diferença sexual em um novo campo de disputa moral.

O artigo de Mariana Pitasse Fragoso, *Seguindo em fileira: dimensões simbólicas do “apoio popular”, da “confiança” e da polarização política na Marcha do Movimento dos*



*Trabalhadores Rurais Sem Terra*, analisa a Marcha Nacional Lula Livre, organizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra em agosto de 2018, como uma janela privilegiada para compreender as dinâmicas de polarização que marcaram a política brasileira às vésperas da eleição presidencial que levaria Bolsonaro ao poder. A partir de uma posição etnográfica singular, simultaneamente pesquisadora, jornalista e participante da mobilização, a autora examina as dimensões simbólicas construídas em torno de noções como “apoio popular”, “confiança” e “mística”, mostrando como essas categorias são produzidas e vividas na prática militante e como a polarização opera como produção ativa de diferenças morais, e não apenas como enfrentamento entre posições ideológicas opostas.

A marcha não foi simplesmente uma manifestação de apoio a Lula, mas um esforço para representar publicamente uma determinada ideia de povo. Fragoso mostra que essa representação do *apoio popular* não deve ser entendida como um reflexo transparente da sociedade brasileira, mas como uma construção política por meio da qual o MST procura apresentar-se como porta-voz legítimo dos setores populares. Diferentemente da histórica marcha de 1997, amplamente legitimada por distintos setores da sociedade, a mobilização de 2018 desenvolveu-se em um contexto de crescente polarização, no qual essa imagem de consenso encontrou limites precisos. A marcha constituiu uma intervenção que buscava reafirmar uma determinada visão de país diante de projetos antagônicos que já não podiam ser ignorados, ainda que as próprias lideranças do MST demorassem a reconhecê-los.

O MST e o PT subestimaram sistematicamente Bolsonaro porque operavam, segundo a autora nos termos tratados por Mota e demais, a partir de uma razão cismática. Assim, presos em sua própria ilha de entendimento, não conseguiam enxergar aquilo que crescia do outro lado. A polarização não era apenas o cenário da marcha, mas representava igualmente a condição que limitava a capacidade do próprio movimento de ler a realidade política. Essa cegueira involuntária constitui, em si mesma, um dado etnográfico sobre o funcionamento das rachaduras: elas não apenas dividem, mas também produzem pontos cegos que afetam inclusive aqueles que pretendem combatê-las num processo mais amplo de compreensão dos contextos.

Por fim, o artigo de Mariana Garzón Rogé, *Ruptura, reparação e reconciliação: tentativas de criar futuro no siloísmo contemporâneo*, desloca o olhar das dinâmicas de polarização para os esforços cotidianos de reparar, recompor e sustentar vínculos em contextos atravessados por fraturas sociais. A partir de uma etnografia multissituada realizada entre Argentina, Brasil e espaços virtuais, a autora analisa o siloísmo contemporâneo como um laboratório de práticas voltadas para produzir convivência em tempos marcados pela polarização, pelo crescimento das ultradireitas e pelos efeitos fragmentadores das redes sociais.

Garzón Rogé aposta em deixar-se afetar. Não estuda o siloísmo a partir de uma distância analítica que o transforma em objeto: deixa-se interpelar por aquilo que encontra, inclusive quando isso lhe parece estranho ou desconfortável. O artigo oferece uma perspectiva central e complementar ao grande número de trabalhos sobre polarização, ao perguntar não apenas



como se produzem as fraturas sociais, mas também o que nossos próprios marcos analíticos nos impedem de ver. Quando a atenção se concentra exclusivamente na escalada do conflito, as práticas de recomposição permanecem em um ponto cego. Garzón Rogé as recupera seguindo os atores, prestando atenção ao que fazem mais do que ao que deveriam fazer. Essa disposição permite-lhe enxergar aquilo que marcos analíticos orientados exclusivamente para o conflito costumam tornar invisível: as práticas cotidianas, precárias e persistentes por meio das quais pessoas concretas trabalham para não ficar aprisionadas na lógica da polarização. Seguir os atores para onde vão, levar a sério o que fazem e não apenas o que dizem, é o que torna possível uma descrição mais densa daquilo que as rachaduras produzem.

O artigo realiza, assim, um deslocamento metodológico necessário ao mostrar que as rachaduras contemporâneas não produzem apenas separação e conflito, mas também tentativas persistentes de recomposição. Mais ainda: nem toda rachadura é um problema. A diferença, o desacordo e a tensão entre posições que não convergem podem constituir condições para uma vida coletiva mais rica, desde que existam práticas capazes de torná-las habitáveis.

Nesse contexto, adquire centralidade a distinção entre reconciliação e reparação. Reconciliação não significa esquecer nem perdoar, mas reconhecer o dano e comprometer-se a não repetir o caminho que o produziu. A reparação implica levar em consideração histórias de violência, desigualdade e sofrimento, especialmente em torno da discriminação racial e das desigualdades de gênero, sem transformá-las em fundamento de divisões permanentes. As rachaduras aparecem como cenários onde se ensaiam formas frágeis, porém persistentes, de recomposição, convidando-nos a pensar a polarização contemporânea não apenas a partir da lógica da divisão, mas também das múltiplas práticas pelas quais indivíduos e coletivos procuram reconstruir futuros compartilhados em contextos crescentemente cismáticos.

\*\*\*

Os textos reunidos no dossiê nos permitem tensionar o estudo das rachaduras sociais e ampliar a densidade analítica dos instrumentos mobilizados para compreender os conflitos contemporâneos. Um dos riscos inerentes a qualquer empreendimento interpretativo consiste em transformar sua própria categoria analítica em princípio autoexplicativo. No caso da razão cismática, o perigo seria tomá-la como único dado relevante da realidade social e, inadvertidamente, reproduzir a mesma lógica de fechamento que se pretende analisar. Por esse motivo, não nos interessa tratar a cisma como uma essência ou uma explicação acabada do mundo. Tampouco nos interessa reificar categorias como “direita” e “esquerda”, frequentemente tomadas como blocos homogêneos. O que buscamos compreender são processos sociais, configurações históricas e situações concretas nas quais determinadas formas de julgamento e percepção do mundo assumem tonalidades cismáticas variáveis.

A própria cisma não constitui um fenômeno uniforme. Ela se manifesta sob intensidades distintas, mobiliza conteúdos heterogêneos e adquire formas específicas conforme os contextos

em que emerge. Existem variações, gradações e diferentes modos de cismar. A razão cismática deve ser entendida como um dispositivo heurístico voltado para a produção de perguntas e questionamentos — não como uma categoria destinada a encaixar o mundo em um modelo interpretativo prévio. Sua utilidade reside em abrir novos ângulos de observação sobre fenômenos que frequentemente escapam às lentes analíticas convencionais. O pior destino para a razão cismática seria transformar-se ela própria em uma cisma teórica.

As práticas de recomposição e os esforços cotidianos para sustentar vínculos em condições adversas desaparecem quando o conflito é o único horizonte de análise, como mostra Garzón Rogé ao repensar suas perguntas sobre o siloísmo: foi somente quando prestou atenção ao que os atores faziam — e não apenas ao que debatiam — que as práticas de reparação se tornaram visíveis. As rachaduras não produzem apenas separação: produzem também, simultaneamente, tentativas precárias e persistentes de recomposição. Distinguir entre fraturas que destroem e fraturas que geram é uma das tarefas analíticas que este dossiê se propõe.

Isso exige vigilância sobre a própria posição do pesquisador. Quem estuda a polarização não está fora dela. A razão cismática afeta também aqueles que a estudam, como no caso de Mariana Pitasse: o movimento e o PT operavam a partir de uma ilha de entendimento que os impedia de ver o crescimento de Bolsonaro. Essa cegueira involuntária não é uma falha de leitura política, mas um efeito estrutural da polarização. Por isso, a disposição a deixar-se afetar não é uma renúncia ao rigor, mas sua condição de possibilidade. Pitasse marcha cinco dias com o MST; Brama, Verissimo e Oliveira Costa permanecem dois anos no grupo de WhatsApp dos policiais-alunos: esse desconforto é o dado.

A aposta metodológica que atravessa o dossiê não é a neutralidade, mas uma orientação etnográfica: um olhar capaz de reconstruir as matrizes simbólicas e valores que organizam a vida cotidiana, sustentando a tensão entre experiência cotidiana e estrutura social sem ficar preso exclusivamente a nenhuma das duas.

A questão incide no motivo pelo qual os atores fazem coisas muito distintas com as rachaduras: as produzem, habitam, usam, sofrem e reparam. Esta é a aposta pragmatista que organiza o dossiê: seguir a polarização em suas produções situadas, antes de partir dela como dado estrutural já constituído. Rojas, Borges de Souza e França mostram como os gays de direita instrumentalizam a fratura para redefinir quem pertence à comunidade LGBTQIA+ legítima. Garzón Rogé mostra o oposto: os siloístas desenvolvem práticas deliberadas de reparação, distinguindo cuidadosamente entre reconciliação — que implicaria esquecer — e reparação — que implica reconhecer o dano. Pitasse mostra como a marcha conforma pertencimento por meio da disciplina compartilhada. Faisting e sua equipe mostram como os juízes produzem sujeitos criminais mediante categorias jurídicas indeterminadas. E Brama, Verissimo e Oliveira Costa mostram como os policiais-alunos constroem um contra-aprendizado que neutraliza o saber acadêmico, reafirmando a superioridade da experiência própria.

As rachaduras não são percebidas da mesma maneira a partir de todas as posições. O que

de fora aparece como fratura patológica pode ser vivido de dentro como demarcação identitária produtiva ou como oportunidade de recomposição. Essa assimetria de perspectivas é parte constitutiva do fenômeno. São também, seguindo Tsing (2015), ruínas: restos de um comum que se fratura, mas também solo inesperado a partir do qual emergem novas formas de vida compartilhada.

Por fim, cabe salientar que as plataformas digitais são, nesse cenário, algo mais do que canais de comunicação: conformam ecologias sociotécnicas e arenas públicas digitais que produzem ativamente rachaduras e transformam os modos como experimentamos a diferença. Os algoritmos, as hashtags, os grupos de mensagens instantâneas e os sistemas de *engagement* não são neutros, pois possuem uma agência própria na configuração dos conflitos, no sentido que Latour atribui à noção de actante (1994; 2012). Mas seu efeito não é apenas comunicacional: é também cognitivo e afetivo. A exposição sustentada a ambientes de alta conflitividade emocional reorganiza os limiares de resposta, aquilo que é percebido como ameaça, aquilo que ativa o medo ou a indignação. As emoções, a indignação, a vergonha, o orgulho, possuem tempos de processamento que os ambientes digitais acelerados comprimem e distorcem, favorecendo a reação imediata em detrimento da reflexão, e a desqualificação do outro em detrimento de seu reconhecimento. As plataformas além de transmitir conteúdos, igualmente reorganizam os modos de atenção, de percepção e de relação com/no mundo. Não se trata de determinismo tecnológico, mas da transformação das condições nas quais a experiência social é produzida.

Portanto, a pergunta que o dossiê deixa em aberto, e que interpela o conjunto das ciências sociais, é se ainda somos capazes de pensar fora das lógicas que esses dispositivos produzem, ou se as rachaduras que estudamos começaram também a organizar nossa própria maneira de conhecer. Importante, nesse sentido, regularmos nossas cismas analíticas, potencialmente presentes em nossas hipóteses, para melhor compreender as diferentes dimensões das rachaduras?

## REFERÊNCIAS

1. BIEHL, João. **Vita**: life in a zone of social abandonment. Berkeley: University of California Press, 2005.
2. BOLTANSKI, Luc; THÉVENOT, Laurent. **A justificação**: sobre as economias da grandeza. Rio de Janeiro: UFRJ. 2020.
3. BRONNER, Gérald. **Apocalypse cognitive**. Paris: PUF, 2021.
4. BRONNER, Gérald. **La démocratie des crédules**. Paris: PUF, 2013.
5. CESARINO, Letícia. **O mundo do avesso**: Verdade e política na era digital. Ubu, 2022.
6. CHANCE, Lucas; GÓMEZ-CARRERA, Ricardo; PIKETTY, Thomas; MOSHRIF, Rowaida. **World Inequality Report 2026**. [S. l.]: World Inequality Lab, 2026.
7. ELIAS, Norberto. **Compromiso y distanciamiento**. Ensayos de sociología del conocimiento. Barcelona: Península, 1990.

8. EMPOLI, Giuliano da. **Les ingénieurs du chaos**. Paris, Gallimard, 2019.
9. EVANS-PRITCHARD, Edward Evan. **Los Nuer**. Barcelona: Anagrama, 1987.
10. FERNÁNDEZ ÁLVAREZ, María Inés; PERELMAN, Mariano. Perspectivas antropológicas sobre las formas de (ganarse la) vida. **Cuadernos de antropología social**, [s. l.], n. 51, 2020. Disponível em: <http://revistascientificas.filo.uba.ar/index.php/CAS/article/view/8270>. Acesso em: 21 jul. 2020.
11. FONSECA, Claudia. La clase social y su recusación etnográfica. **Etnografías contemporáneas**, [s. l.], n. 1, p. 117–138, 2005.
12. FORTES, Mayer; EVANS-PRITCHARD, Edward Evan (org.). **African Political Systems**. Oxford: Oxford University Press, 1940.
13. FOUCAULT, Michel. **O nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2022
14. GARAPON, Antoine; LASSÈGUE, Jean. **Justice Digitale**. Révolution graphique et rupture anthropologique. Paris: Puf, 2018.
15. GARAPON, Antoine; LASSÈGUE, Jean. **Le numérique contre le politique**. Paris PUF, 2021.
16. GEERTZ, Clifford. **The interpretation of cultures**. New York: Basic Books, 1973
17. GLUCKMAN, Max. **Costumbre y conflicto en África**. Lima: Asociación Civil Universidad de Ciencias y Humanidades Fondo Editorial, 2009.
18. GRAEBER, David. **The Democracy Project: a history, a crisis, a movement**. New York: Spiegel & Grau, 2013.
19. HAN, Byung-Chul. **Infocracia: digitalização e a crise da democracia**. Petrópolis: Vozes, 2022.
20. HARAWAY, Donna. Anthropocene, Capitalocene, Plantationocene, Chthulucene: Making Kin. **Environmental Humanities**, [s. l.], v. 6, n. 1, p. 159–165, 2015. Disponível em: <https://read.dukeupress.edu/environmental-humanities/article/6/1/159/8110/Anthropocene-Capitalocene-Plantationocene>. Acesso em: 5 mar. 2016
21. HEREDIA, Mariana. **¿El 99% contra el 1%? Por qué la obsesión por los ricos no sirve para combatir la desigualdad**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2022.
22. ISHIKAWA, Noboru; SODA, Ryoji. (org.). **Anthropogenic Tropical Forests: Human–Nature Interfaces on the Plantation Frontier**. Singapore: Springer Singapore, 2020.
23. KANT DE LIMA, Roberto. Sensibilidades jurídicas, saber e poder: bases culturais de alguns aspectos do direito brasileiro em uma perspectiva comparada. **Anuário Antropológico**, Brasília, v. 2, p. 25-51, 2010. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/7026>. Acesso em: 25 maio. 2026.
24. KANT DE LIMA, Roberto. **Ensaio de Antropologia e de Direito: Acesso à Justiça e Processos Institucionais de Administração de Conflitos e Produção da Verdade Jurídica em uma Perspectiva Comparada**. 4. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. v. 1.
25. LAMONT, Michèle. **The dignity of working men: morality and the boundaries of race, class, and immigration**. New York: Russell Sage Foundation, 2000.
26. LATOUR Bruno. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.
27. LATOUR Bruno. **Reagregando o social**. Salvador: EDUFBA, 2012.

28. MAUSS, Marcel. **Essai sur le don**: forme et raison de l'échange dans les sociétés archaïques. Paris: Presses universitaires de France, 2012.
29. MINTZ, Sidney. **Sweetness and Power**. The Place of Sugar in Modern History. New York, Penguin Books, 1985
30. MOTA, Fabio Reis. Do indivíduo blasé aos sujeitos cismados: reflexões antropológicas sobre as políticas de reconhecimento na contemporaneidade. **Antropolítica, Revista Contemporânea de Antropologia**, Niterói, n. 44, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/antropolitica2018.0i44.a41959>. Acesso em: 6 jun. 2026.
31. MOTA, Fabio Reis. França em chamás: a antropologia made in Brazil para a compreensão da França na era da cismocracia. **Antropolítica, Revista Contemporânea De Antropologia**, Niterói, v. 55, p. 2-24, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/antropolitica.i.a55396>. Acesso em: 6 jun. 2026.
32. MOTA, Fabio Reis; KANT DE LIMA, Roberto. Pega na mentira: notas antropológicas sobre tempos inquietantes. **Reciis – Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, abr.-jun. 2022. Disponível em: <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/3271?articlesBySimilarityPage=50>. Acesso em: 25 maio. 2026.
33. MOTA, Fabio Reis; TOSCANO, Gabriel. De la raison des Lumières à la raison illusionniste : considérations anthropologiques sur la « schismocratie bolsonariste ». **Brésil(S) - Sciences Humaines et Sociales**, [s. l.], v. 23, p. 1-23, 2023. Disponível em: <https://journals.opensedition.org/bresils14929>. Acesso em: 25 maio. 2026.
34. ORTNER, Sherry. B. Dark anthropology and its others: Theory since the eighties. **HAU: Journal of Ethnographic Theory**, v. 6, n. 1, p. 47–73, 2016. Disponível em: <https://www.haujournal.org/index.php/hau/article/view/hau6.1.004>. Acesso em: 6 de jun. 2026
35. PERELMAN, Mariano. Coping with Inflation, Living in Crisis, Thinking about the Dollar: Ways of Life in Buenos Aires. **Current History**, [s. l.], v. 123, p. 1–7, 2024. Disponível em: <https://online.ucpress.edu/currenthistory/article-abstract/123/850/50/199814/Living-with-Inflation-in-Argentina?redirectedFrom=fulltext>. Acesso em: 6 jun. 2026.
36. PERELMAN, Mariano. Para una antropología amplia del trabajo desde y en Argentina. In: PALERMO, Hernán; CAPOGROSSI, Lorena (org.). **Tratado latinoamericano de antropología del trabajo**. Buenos Aires: CLACSO, 2020. p. 231–264.
37. PERELMAN, Mariano Más allá de lo económico. Abordajes etnográficos sobre las formas de ganarse la vida (Argentina). In: PÉREZ CASTRO, Ana Bella; CONTRERAS ROMÁN, Raúl; CONTRERAS VARGAS, Jessica Itzel (org.). **Ganarse la vida**: la reproducción social en el mundo contemporáneo. Ciudad de México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2021. p. 239–261.
38. PIRES DO RIO CALDEIRA, Teresa. Antropologia e poder. Uma resenha de etnografias americanas recentes. **BIB. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, n. 27, p. 3–46, 1989.
39. POVINELLI, Elizabeth. **Geontologies**: A Requiem to Late Liberalism. Durham: Duke University Press, 2016.
40. ROBBINS, Joel. Beyond the suffering subject: toward an anthropology of the good. **The Journal of the Royal Anthropological Institute**, [s. l.], v. 19, n. 3, p. 447–462, 2013. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/42001631>. Acesso em: 11 jun. 2026.



41. ROBBINS, Joel. Anthropology Bright and Dark: Relativism, Value Pluralism, and the Comparative Study of the Good. **Social Analysis**, [s. l.], v. 67, n. 4, p. 43–100, 2023. Disponível em: <https://hal.science/hal-04870215/document>. Acesso em: 11 jun. 2026.
42. ROITMAN, Janet. **Anti-crisis**. Durham: Duke University Press, 2014.
43. SAHLINS, Marshal. **Stone Age Economics**. Chicago: Aldine Atherton Inc, 1972.
44. SILVA, Vicente; PARRINELLO, Quentin; OUALALOU, Lamia (coord.). **Progressividade fiscal e desigualdade**: Tributação mínima de indivíduos com alto patrimônio na América Latina e no Caribe. Paris: International Tax Observatory: Paris School of Economics, 2026.
45. TSING, Anna-Lowenhaupt. **Friction**: an ethnography of global connection. Princeton: Princeton University Press, 2005.
46. TSING, Anna-Lowenhaupt. **The mushroom at the end of the world**: on the possibility of life in capitalist ruins. New paperback printing ed. Princeton: Princeton University Press, 2021.
47. VINCENT, Joan. Introduction. In: VINCENT, Joan. (org.). **The Anthropology of politics**: a reader in ethnography, theory, and critique. Blackwell anthologies in social and cultural anthropology. Malden: Blackwell, 2002. p. 1–14.
48. WALLERSTEIN, Immanuel. **The Modern World System**. New York: Academic Press, 1974.
49. WOLF, Eric. **Europe and the people without history**. Berkeley: University of California Press, 2010.
50. ZMIGROD, Leor. **Le cerveau Idéologique**: comment décoder les marqueurs de la pensée dogmatique. Paris: Ed Flammarion, 2025.

#### *Mariano Perelman*

Professor do Departamento de Ciencias Antropológicas da Universidad de Buenos Aires. Investigador independente do Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas. Doutor em Ciencias Antropológicas pela Universidad de Buenos Aires. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4914-3198>. Colaboração: Redação da apresentação e Revisão. E-mail [mdperelman@gmail.com](mailto:mdperelman@gmail.com).

#### *Fabio Reis Mota*

Professor Associado do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense. Pesquisador do Instituto de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos. Bolsista de Produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Doutor em Antropologia pela Universidade Federal Fluminense. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7883-8258>. Colaboração: Redação da apresentação e Revisão. E-mail: [reismota@gmail.com](mailto:reismota@gmail.com).